



Governo anuncia crédito de R\$ 97,3 bi para agricultores familiares

Produção de petróleo do Brasil sobe 16,9% em maio para 4,3 mi barris por dia

Página 3

Gasolina também deve acompanhar tendência internacional de queda

Página 3

Bilhete Único em Casa: atualização da taxa de entrega

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT) e a SPTrans informam que a taxa do serviço Bilhete Único em Casa será atualizada para R\$ 16,75 a partir de 1º de julho de 2026.

A atualização refere-se exclusivamente ao serviço opcional de entrega domiciliar do cartão, não estando relacionada à emissão do Bilhete Único nem às tarifas do transporte coletivo municipal.

A taxa corresponde somente ao custo do serviço de entrega domiciliar contratado pela SPTrans e sua utilização é facultativa ao usuário. Aqueles que optarem por retirar o cartão presencialmente nos postos de atendimento continuarão contando com essa alternativa, sem qualquer cobrança adicional relacionada à entrega.

O ajuste decorre da atualização anual prevista no contrato firmado com a empresa responsável pela entrega dos cartões. Conforme estabelecido contratualmente, o valor é reajustado com base na variação do IPC-FIPE, tendo como data-base março de 2023.

O serviço Bilhete Único em Casa oferece mais comodidade aos usuários, permitindo que o cartão seja entregue diretamente no endereço informado durante a solicitação, sem a necessidade de comparecimento a um posto de atendimento.

Para solicitar a entrega domiciliar do Bilhete Único, basta acessar o portal de atendimento da SPTrans, realizar o login e seguir as orientações disponíveis para solicitação do cartão e indicação do endereço de entrega. (Prefeitura de SP)

Previsão do Tempo

Quinta: Dia de sol com aumento de nuvens a partir da tarde. Não chove.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,19
Venda: 5,19

Turismo
Compra: 5,22
Venda: 5,40

EURO

Compra: 5,91
Venda: 5,91

Caixa atinge R\$ 1 tri em crédito imobiliário em meio a expansão do Minha Casa, Minha Vida



Foto: Marceio Camargo / Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal alcançou pela primeira vez a marca de R\$ 1 trilhão na carteira de crédito imobiliário, segundo dados divulgados pelo banco na quarta-feira (1º).

A cifra reforça a posição da estatal de principal financiadora da casa própria no país em um momento de mudanças nas fontes de recursos do setor e maior dificuldade dos bancos privados para expandir esse mercado.

O banco responde hoje por cerca de 68% de todo o crédito imobiliário brasileiro. Segundo a instituição, a carteira cresceu mais de 14% nos últimos 12 meses e atingiu o novo patamar em junho. Página 4

O governo federal divulgou, na terça-feira (30), que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2026/2027 somará investimentos de R\$ 97,3 bilhões para programas de crédito, seguro agrícola, compras públicas, assistência técnica e extensão rural.

Desse total, R\$ 85,2 bilhões serão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um aumento de quase 9% do crédito, comparado à última safra.

Nas últimas três safras, foram R\$ 225 bilhões em créditos com menores taxas de juros. "Chegamos a mais de 2,4

milhões de agricultores e agricultores familiares", disse a ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli.

A ministra ressaltou que houve redução nas taxas aplicadas para a produção de alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca, frutas, hortaliças e leite.

Para a produção de alimentos, a taxa de financiamento passou de 3% para 2% ao ano. Para produção orgânica e produtos da sociobiodiversidade, a taxa foi reduzida de 2% para 1% ao ano, informou o ministério. Página 3

Exporta SP tem inscrições prorrogadas para empresas conquistarem mercados internacionais

Página 2

Senado aprova venda de spray de pimenta para defesa de mulheres

Página 6

Fila do INSS cai ao menor nível em 21 meses, com 1,8 milhão de pedidos

Página 4

Esporte

SM Kart Competition faz etapa em clima de festa julina

Cada etapa do campeonato amador SM Kart Competition é uma grande comemoração. É a sexta etapa, que abrirá a segunda parte do certame neste domingo (05/7), no Kartódromo de Interlagos, será ainda mais divertida, com decoração e mesa com comidas típicas de Festa Julina.

O evento deve receber novamente mais de 200 pilotos, a partir das 11h30, pontuando para um total de 17 categorias, em oito corridas. A exemplo de todas as rodadas anteriores, os participantes serão prestigiados com pôdio de 20 lugares, e concorrerão a mais de 200 prêmios, brindes e sorteios.

O SM Kart Competition terá transmissão ao vivo pelo YouTube, Fotos profissionais, Simulador, Massagem para os pilotos, Feirinha de Produtos, Desafio dos Patrocinadores com sorteio de prêmios, principalmente Biscoitos Aldeia da Serra, macacão e luvas DKR e sa-



Foto: Cláudio Torrey

Disputas eletrizantes a cada etapa do SM Kart Competition

patilhas KDA.

Confira a pontuação dos primeiros do campeonato da SM Kart Competition após a 5ª etapa:
Santidade Racing: 1) Diego Santana, 203; 2) Anderson Santana, 192; 3) Diogo Alves, 157.
Mario Rotama: 1) Jefferson Jara, 190; 2) André José, 189; 3) Mário Rotama, 163.
Estreantes Misto: 1) Guilherme Araújo, 165; 2) Henrique Sa-

cramento, 159; 3) Erick Moraes Costa, 138.

Novatos Light: 1) Nicolas Aguiar, 163; 2) Felipe Aguiar, 159; 3) Vinicius Martins, 158.

Novatos Misto: 1) Diego Bacchi, 186; 2) José Taveira, 171; 3) Nicolas Waldrigues, 160.

Graduados: 1) Wanderley Borges, 168; 2) Nicolas Waldrigues, 148; 3) Ryan Eccel, 127.

Speed Pro: 1) Peterson Rodri-

gues, 165; 2) Jéssica Munic, 161; 3) João Gabriel, 161.

Sênior - 40 anos: 1) Marcelo Carvalhas, 174; 2) Gerson Roschel, 149; 3) Paulo Policeno, 148.

Super Sênior - 55 anos: 1) Marco Verga, 207; 2) Roberto Guimarães, 173; 3) Miguel Sacramento, 165.

Duplas Sênior/Super: 1) Simply The Best, 357; 2) MRC Racing, 339; 3) AG Racing, 310.

Estreantes Feminina: 1) Maria Nardino, 193; 2) Maria Victoria Rodrigues, 176; 3) Mariana Saito, 168.

Trio Speed Angels Geral: 1) Laura Falconi, 169; 2) Jéssica Munic, 168; 3) Rebeca Machado, 166.

Speed Angels Light: 1) Claudia Franco, 205; 2) Jéssica Tanaka, 179; 3) Rafaela Fernandes, 168.

Speed Angels Graduadas B: 1) Rebeca Machado, 195; 2) Nathalia Bezerra, 172; 3) Julia Moreto, 167.

Speed Angels Graduadas A: 1) Jessica Munic, 189; 2) Laura Falconi, 171; 3) Nina Aguiar, 158.

Trios Speed Angels: 1) Overtake Girls, 541; 2) Fast Girls, 511; 3) Pink Speed, 495.

Maniacos do Kart: 1) Peterson Rodrigues, 182; 2) Jéssica Munic, 150; 3) Guilherme Cabreira, 149.

Confira o cronograma da 6ª etapa do SM Kart Competition:

11h00 – Treino
11h30 – Graduados/Novatos Light

12h00 – Estreantes Misto/Trio Speed Angels

12h30 – Estreantes Feminina

13h00 – Sênior/Super Sênior

13h30 – Mario Rotama
14h00 – Novatos Misto/Speed Pro
14h30 – Santidade Racing
15h00 – Maniacos do Kart.

Felipe Drugovich busca manter o bom momento na Fórmula E

Neste final de semana, em Shanghai, na China, o brasileiro Felipe Drugovich (GAV Resorts / Stilo) terá duas novas oportunidades para manter o bom momento que vive em sua primeira temporada completa na Fórmula E, a categoria mundial dos carros elétricos.

Em uma pista bastante diferente da utilizada na rodada anterior, em Sanya, também na China, o campeão da Fórmula 2 de 2022 aposta em pontuar nas duas provas, válidas pela 12ª e 13ª etapa.

"O foco principal é continuar este bom momento, conquistar bons resultados e, especialmente, pontuar", re-

sumiu o piloto de Maringá (PR), que compete pela equipe americana Andretti Fórmula E. "Deverá ser um final de semana com um cenário diferente de Sanya, a começar pela pista, e as corridas deverão ser em um 'estilo pelotão'. Estará quente e, provavelmente, vai chover em algum momento. Então, serão muitas variáveis a levar em consideração", completou.

Felipe Drugovich (GAV Resorts / Stilo) pontuou nas quatro últimas etapas e conquistou seu primeiro pôdio na Fórmula E em Mônaco, em maio. Na última rodada, em Sanya, ele terminou em 2ª, mas uma punição por um "mini toque", em que não teve vantagem alguma, o

fez terminar em quinto. Ao todo, o paranaense somou 42 pontos em seus quatro últimos compromissos na categoria.

"O momento realmente muito bom e manter isso é o foco", repete Felipe Drugovich. "Não há nada diferente para fazermos, apenas manter o simples, bem feito, e os resultados podem vir. Estou muito confiante em aproveitar as duas etapas da melhor forma possível", finalizou.

As etapas da Fórmula E em Shanghai terão transmissão ao vivo na Band TV, no BandSports em TV fechada, no site Band.com.br, no Bandplay em suas plataformas digitais e pelo N Sports e Acelerados, em TV fechada e YouTube.

Jornal O DIA SP
CONFRONTOS
O MUNDO INTEIRO EM CAMPO!
DEFINIDOS
QUINTA-FEIRA 02 JULHO 2026

ESPAÑA X AUSTRIA 16:00 ESTÁDIO DE LOS ANGELES (LOS ANGELES) SEGUNDAS DE FINAL

PORTUGAL X CROÁCIA 20:00 ESTÁDIO DE TORONTO (TORONTO) SEGUNDAS DE FINAL

Conselho Universitário da USP aprova tabela de vagas para o vestibular 2027

O Conselho Universitário aprovou, em sessão realizada na terça-feira (30), a tabela de vagas dos cursos de graduação da USP para o vestibular de 2027. Não houve alteração no número total de vagas oferecidas pela USP, que é de 11.147, em relação ao ano passado.

Entretanto, para 2027, está sendo oferecido o novo curso de Engenharia Eletrônica e Sistemas Computacionais, com 56 vagas e período integral, pela Escola Politécnica. As vagas do novo curso são decorrentes da extinção do curso de Engenharia com Habilitação em Engenharia Eletrônica e Sistemas Computacionais.

Outra alteração foi a fusão dos cursos de Matemática Aplicada e de Matemática Aplicada Computacional, oferecido pelo

Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (IME), que passou a se chamar Matemática Aplicada Computacional, com 20 vagas oferecidas no período integral e, 50, no período noturno.

O curso de Ciência da Computação do IME teve o número de vagas ampliado, passando de 60 para 80 vagas no período integral. Essas vagas são originadas da diminuição de dez vagas do curso de Engenharia de Alimentos e dez vagas do curso de Engenharia de Biossistemas, ambos oferecidos pela Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA).

Três formas de ingresso

A USP oferece três formas de ingresso para os novos estudan-



A USP oferece três formas de ingresso para os novos estudantes: o vestibular da Fuvest, o Enem-USP e o Provão Paulista.

tes: o vestibular da Fuvest, o Enem-USP e o Provão Paulista. A USP reserva 50% das vagas de cada curso de graduação e turno para candidatos egressos de escolas públicas (EP), consideran-

do os três processos de seleção. Nesse percentual incide reserva de vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas (PPI) equivalente à proporção desses grupos no Estado de São Paulo,

segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é de 37,5%.

O Provão Paulista foi implementado pela primeira vez em 2024. Trata-se de uma forma de avaliação estadal, aplicada pela Secretaria Estadual de Educação aos estudantes do 1º, 2º e 3º anos das escolas públicas estaduais de ensino médio. O acesso às vagas nas universidades é obtido pela nota acumulada pelos alunos na avaliação estadal.

Nesse programa, a USP oferecerá 1.500 vagas, das quais 778 serão destinadas a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI). Para a seleção pelo vestibular da Fuvest serão oferecidas 8.147 vagas, das quais 4.888 serão reservadas para can-

didatos na modalidade Ampla Concorrência; 2.053 vagas para candidatos egressos da escola pública (EP); e 1.206 para EP/PPI. Para a seleção do Enem-USP estão sendo destinadas 1.500 vagas; 684 serão para Ampla Concorrência; 512 para estudantes EP e 304 para estudantes EP/PPI.

Em 2026, a Fuvest abrirá o período de inscrições do dia 17 de agosto até 9 de outubro. A primeira fase do vestibular será no dia 1º de novembro e a segunda fase, em 6 e 7 de dezembro. O Enem-USP deverá abrir inscrições a partir do mês de novembro e o edital do Provão Paulista deverá ser divulgado pela Secretaria Estadual de Educação a partir do segundo semestre deste ano. (Governador de SP)

Exporta SP tem inscrições prorrogadas para empresas conquistarem mercados internacionais

A InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE), prorrogou até 24 de julho as inscrições para a segunda turma de 2026 do Exporta SP, programa gratuito de capacitação voltado à internacionalização de micro, pequenas e médias empresas e produtores rurais paulistas.

Com a ampliação do prazo, empreendedores de qualquer região do Estado e de todos os setores ganham mais tempo para se inscrever e participar da iniciativa, que oferece uma jornada completa de preparação para o mercado internacional.

Realizado de forma 100% online e gratuita, o programa tem



Desde sua criação, o Exporta SP já capacitou mais de 1,7 mil empresas, de mais de 200 municípios paulistas

duração de três meses e combina capacitação especializada,

workshops, mentorias individuais e conteúdos práticos sobre

os principais desafios enfrentados por empresas que desejam exportar. Entre os temas abordados estão inteligência comercial, formação de preços, adequação de produtos e serviços, plano de negócios, marketing e vendas, entre outros.

Desde sua criação, o Exporta SP já capacitou mais de 1,7 mil empresas, de mais de 200 municípios paulistas. Cerca de 25% das participantes iniciaram ou ampliaram suas exportações durante o período de capacitação, demonstrando o impacto do programa na competitividade dos pequenos negócios.

As aulas da nova turma têm início em 25 de agosto. As inscrições podem ser feitas pela página do programa: Exporta SP (Governador de SP)

SP amplia até hoje prazo de inscrições para professores do Ensino Médio Técnico

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) recebe até esta quinta-feira (2) as inscrições de candidatos ao processo seletivo simplificado de professores do itinerário de formação técnico profissional do Ensino Médio. O prazo final, inicialmente marcado para 26 de junho, foi prorrogado. O cadastro é online no site da Fundação Getúlio Vargas neste link.

Há vagas disponíveis em escolas de tempo parcial e integral das 91 Unidades Regionais de Ensino da Seduc-SP. Podem participar do processo seletivo simplificado profissionais com formação em cursos de licenciatura, bacharelado ou tecnólogos, além de especialistas com notório saber e técnicos com experiência comprovada, conforme critérios estabelecidos na Deliberação CEE nº 207/2022.

O processo seletivo abrange seis eixos tecnológicos com vagas para os cursos técnicos que serão ofertados na rede estadual em 2027. As áreas contempladas são: gestão e negócios (adminis-

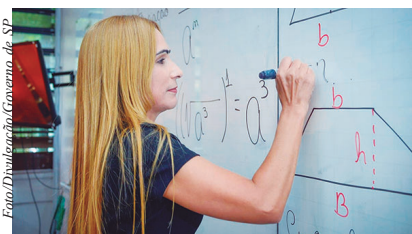
tração, logística e vendas, ambiente e saúde (enfermagem, farmácia e meio ambiente), informação e comunicação (ciência de dados e desenvolvimento de sistemas), recursos naturais (agronômico), turismo, hospitalidade e lazer (hospedagem) e controle e processos industriais (eletrônica) e demais componentes curriculares de natureza técnica que compõem os demais itinerários ofertados pela Seduc-SP.

Provas em agosto

O processo seletivo simplificado é organizado em quatro etapas. As provas objetiva e discursiva estão agendadas para 23 de agosto nos 77 municípios-sede das diretorias de ensino.

A prova prática (videoaula), por sua vez, deve ser enviada antes da aplicação dos testes objetivos. A produção do material permite que a banca avalie as habilidades de docência do candidato.

1. Prova objetiva (30 questões — 10 de conhecimentos pedagógicos e 20 específicos do eixo



O processo seletivo abrange seis eixos tecnológicos com vagas para os cursos técnicos que serão ofertados na rede estadual em 2027.

escolhido);

2. Prova discursiva (1 questão, com valor de até 20 pontos, sobre conteúdos gerais e específicos da área escolhida);

3. Prova prática (vídeo de 5 a 7 minutos simulando uma aula, com temas definidos pela Seduc-SP);

4. Avaliação de títulos

Salário na rede estadual

O salário na rede estadual de

São Paulo para jornada de 40 horas semanais é no valor de R\$ 5.565,00. Os docentes que atuam em unidades do Programa Ensino Integral estão vinculados ao regime de dedicação exclusiva e têm direito à gratificação no valor de R\$ 2.120,00. A contratação é por tempo determinado. Uma vez contratado, o docente poderá permanecer vinculado à Seduc-SP por um período de até três anos. (Governador de SP)

Municípios paulistas recebem em junho mais de R\$ 4 bilhões em repasses de ICMS



A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou na terça-feira (30) R\$ 2,11 bilhões na conta dos 645 municípios paulistas. Este é o quarto repasse referente ao mês de junho, do ICMS arrecadado no período de 22 a 26 de junho, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvol-

vimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Sefaz-SP já havia repassado R\$ 2,08 bilhão aos municípios nos dias 9/6, 16/6 e 23/6, relativos ao ICMS apurado de 1º a 5/6, de 8 a 12/6 e de 15 a 19/6, respectivamente. Com o depósito da terça-feira (30), o valor total trans-

ferido em junho foi de R\$ 4,19 bilhões.

Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

No primeiro semestre de 2026, o Governo Estadual realizou 26 repasses às cidades paulistas totalizando R\$ 23,97 bilhões do ICMS.

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além

de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governador de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Caso [parcerias criminosas com o PCC, segundo MP e Polícia SP] do vereador Senival Moura, agora 'licenciado' do PT, faz lembrar que seu irmão foi rifado [pelo PT] quando era deputado na ALESP

PREFEITURA (São Paulo)
Enquanto Michelle arrebatou o enteadado [senador PL e candidato presidencial Flavio], a esposa de Ricardo Nunes (MDB) segue amando e sendo amada pelo apoio do marido à sua eleição pra ALESP

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Leitura de alguns deputados(as) no PSD do Kassab : se confirmada [na convenção] sua candidatura como vice na chapa "puro sangue" com Cateado, isso pode ajudar na eleição 2026 de bancada maior

GOVERNO (São Paulo)
'Inteligências' da campanha por reeleição de Tarcísio (Republicanos) avalia que o fato do ex-vice de Alckmin e depois governador França (PSB) não acrescenta muito ao Haddad (PT do 3º Lulismo do PT)

CONGRESSO (Brasil)
Senadora Mara Gabrilli (PSD do Kassab) entende que ter Kassab na chapa pela Presidência aumentará eleitos(as) à Câmara Deputados(as) como também [com ela disputando pra ALESP] às Assembleias

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Em tempos de Forças Armadas em baixa, suas atuações junto às vítimas de terremotos na Venezuela começam a demonstrar que suas missões são bem acima de governos [das esquerdas às direitas]

PARTIDOS (Brasil)
Há quem conviva com Costa Neto (dono do PL), Flavio Bolsonaro e Michelle e aposte numa estratégia que fará de uma "morte política" do senador um "retorno político à vida". As urnas 2026 vão demonstrar

JUSTIÇAS (Brasil)
Enquanto o professor e advogado Zé Eduardo Cardoso não foi indicado ao Supremo, seu ex-aluno e atual advogado [das prerrogativas] Marco Aurélio Carvalho vai coordenar a campanha Lula 2026 em São Paulo

ANO 34
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - "E, naquele tempo, se levantará Miguel, o grande príncipe, que se levanta pelos filhos do teu povo ..." Daniel 12.1

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo anuncia crédito de R\$ 97,3 bi para agricultores familiares

O governo federal divulgou, na terça-feira (30), que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2026/2027 somará investimentos de R\$ 97,3 bilhões para programas de crédito, seguro agrícola, compras públicas, assistência técnica e extensão rural.

Desse total, R\$ 85,2 bilhões serão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um aumento de quase 9% do crédito, comparado à última safra.

Nas últimas três safras, foram R\$ 225 bilhões em créditos com menores taxas de juros. "Chegamos a mais de 2,4 milhões de agricultores e agricultoras familiares", disse a ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli.

A ministra ressaltou que houve redução nas taxas aplicadas para a produção de alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca, frutas, hortaliças e leite.

Redução de taxa

Para a produção de alimentos, a taxa de financiamento passou de 3% para 2% ao ano. Para produção orgânica e produtos da sociobiodiversidade, a taxa foi reduzida de 2% para 1% ao ano, informou o ministério.

No Pronaf B, conhecido como microcrédito rural, o limite de crédito por unidade familiar foi ampliado de R\$ 53 mil para R\$ 74 mil. O limite de renda anual da família para acessar o crédito aumentou de R\$ 50 mil para R\$ 60 mil.

A linha tem juros de 0,5% ao ano, três anos para pagamento e desconto de até 40% para pagamentos em dia. Essas são previstas medidas que ampliam as oportunidades para assentados, povos indígenas e comunidades quilombolas com aumento do limite de crédito de R\$ 50 mil para R\$ 55 mil, com aumento da assistência técnica e extensão rural de R\$ 2,5 mil para R\$ 3 mil, com juros de 0,5% ao ano e bônus de 40% para quem paga em dia.

Mulheres

O governo divulgou novidades para as mulheres rurais, com a redução da taxa de juros do Pronaf Investimento, de 3% para 2% ao ano, com limite de até R\$ 100 mil.

No Pronaf B, além dos R\$ 20 mil para "Quintais Produtivos", as mulheres, poderão contar com uma nova linha de R\$ 8 mil de custeio e ainda contratar até R\$ 28 mil pelo microcrédito rural de limite inferior.

Jovens

Uma medida para incentivar jovens para trabalhar no campo foi o aumento do limite de R\$ 8 mil para R\$ 16 mil, no caso de dois jovens da mesma unidade familiar acessando o financiamento.

Já nas linhas específicas do Pronaf Jovem, o valor máximo de investimento subiu de R\$ 35 mil para R\$ 50 mil, e os juros diminuíram de 3% para 2% ao ano.

Habitafra

O Plano Safra ainda pode be-



neficar os trabalhadores rurais com o limite de R\$ 10 mil para reformas de moradia e instalações sanitárias, com juros de 0,5% e o prazo de cinco anos para pagamento, além do desconto de até 40% para quem paga em dia.

Para financiamento de imóvel, quem tem renda de até R\$ 150 mil por ano, a taxa da linha de habitação rural caiu de 8% para 5% ao ano. Também foram ampliadas as condições de financiamento para famílias com renda de até R\$ 500 mil, que passam a acessar crédito de até R\$ 150 mil com juros de 7,5% ao ano.

Máquinas

Quem trabalha com agricultura familiar poderá comprar máquinas com taxas menores. Criaram de 2,5% para 1,5% ao ano, e o limite de financiamento aumentou de R\$ 100 mil para R\$ 120 mil.

Também passa a contar com juros reduzidos de 2% ao ano investimentos em irrigação, culti-

vo protegido, armazenagem, tanques de resfriamento de leite, ordenhadeiras, aquicultura, pesca, conectividade no campo e equipamentos de acessibilidade, ampliando a capacidade produtiva e melhorando as condições de trabalho das famílias agricultoras.

Já para tratores e implementos agrícolas de até R\$ 250 mil permanece a taxa de juros de 5% ao ano, preservando o apoio à mecanização das pequenas propriedades.

O plano também ampliou os instrumentos de incentivo à produção sustentável e à adaptação às mudanças climáticas com a redução dos juros no custeio para apenas 1% ao ano na produção agroecológica e orgânica e para produtos da sociobiodiversidade.

Crédito para o setor

Pela manhã, o governo lançou o plano Safra para agricultura empresarial. Prin-

cipal programa federal de estímulo a setor agropecuário brasileiro, a iniciativa vai destinar R\$ 525,1 bilhões durante o próximo ano agrícola.

Do total, R\$ 384,9 bilhões estão reservados para custear despesas essenciais, como compra de insumos, a manutenção de lavouras e rebanhos e a comercialização da

produção.

Outros R\$ 140,2 bilhões irão para investimentos, apoiando a modernização produtiva, ampliação da capacidade de armazenagem, irrigação, inovação tecnológica, renovação de máquinas e equipamentos e o aumento da eficiência nas propriedades rurais. (Agência Brasil)

Mais de 30 rodovias paulistas têm pedágio reajustado

As tarifas de pedágio serão reajustadas em mais de 30 rodovias administradas por concessionárias em São Paulo a partir desta quarta-feira (1º).

Segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), o reajuste é com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em junho de 2025 e maio de 2026, de 4,72%, seguindo as regras previstas nos contratos de concessão realizados pelo governo estadual até 2017.

Desde 1998, início do Programa de Concessões em São Paulo, o reajuste é aplicado todo dia 1º de julho.

Os novos portões do Siga Fácil fazem parte das concessões mais recentes, que cobram por trecho percorrido, e não entram no reajuste dos contratos antigos, que serão aplicadas a partir de 1º de julho. Em algumas dessas concessões, a tarifa até cai: na Rota Mogiana, a praça de Jaguariúna passa de R\$ 17,60 para R\$ 8,80 a partir de 1º de julho, com reduções também em outras praças da região.

"As concessões mais recentes já contemplam o sistema Siga Fácil, com instalação de portões eletrônicos que fazem a leitura automática da tag

placa do veículo, economizando tempo e permitindo a cobrança de tarifas proporcionais por trecho, com justiça tarifária. Para esses contratos, os reajustes ocorrem na data de aniversário das assinaturas", informa o governo estadual.

De acordo com o governo estadual, o reajuste não vale para todas as rodovias do estado, só para os contratos das concessionárias das 1ª e 2ª fases do Programa Estadual de Concessões, além das concessionárias Rodanel Oeste, SP-MAR, Tamoiões e Entrevias (com reajuste a partir de 6 de julho), conforme a homologação da Artesp. As demais concessões reajustam os valores dos pedágios em outras datas ao longo do ano.

O governo esclareceu ainda que para a Rodovia dos Tamoiões, foi homologado reajuste provisório de 5,08%, já que o contrato prevê a utilização do IPCA de junho como índice de reajuste.

O indicador é divulgado ao longo de julho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e após essa divulgação a Artesp refará os cálculos para verificar se será necessário algum ajuste na tarifa. (Agência Brasil)

Gasolina também deve acompanhar tendência internacional de queda

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou na quarta-feira (1º) que a gasolina deve acompanhar o comportamento de outros combustíveis, que tiveram o preço reduzido nos últimos dias com a queda do valor do petróleo no mercado internacional.

Na terça-feira (30), a estatal anunciou a redução do óleo diesel em R\$ 0,35 por litro. Já nesta quarta-feira (1º), foi a vez de o querosene de aviação (QAV) ter uma redução de 14,5% anunciada pela empresa.

"Todos os nossos combustíveis acompanham a tendência dos preços internacionais", disse Magda. "No caso da gasolina, é a mesma coisa", completou. Segundo a Petrobras, as reduções já anunciadas refletem a atenuação dos efeitos do conflito no Oriente Médio sobre os preços do petróleo e de seus derivados, que haviam subido com o início do confronto entre Estados Unidos e Israel contra o Irã.

Efeito da guerra

O motivo principal da alta foi

o bloqueio do Estreito de Ormuz, ao sul do Irã. Antes da guerra, 20% da produção internacional de óleo e gás passavam pela região. Com menos oferta de petróleo nos mercados, o preço subiu.

Apesar de o Brasil ser produtor de petróleo, o produto e seus derivados têm o preço definido no mercado internacional por serem commodities (matéria-prima negociada em grandes quantidades).

Mesmo que ainda haja relatos de ataques na região de Ormuz, navios petroleiros voltaram a cruzar o estreito.

O preço do barril de petróleo tipo Brent (referência internacional) voltou a ser negociado na casa dos US\$ 70, cotação em linha com o período pré-conflito. Nos momentos mais críticos da guerra, chegou a custar mais de US\$ 110.

"Sem ansiedade"

Magda Chambriard disse que a empresa acompanha o cenário de preço global diariamente, mas sem trazer para o Brasil "volatilidade e a ansiedade".

"Vamos acompanhar a tendência, mas não todos os dias", disse ela, que considera que a gasolina "custou para subir".

Em 29 de maio de 2026, a Petrobras anunciou um reajuste de R\$ 0,48/litro, mas aderiu à subvenção (espécie de reembolso) do governo federal de R\$ 0,44/litro. Assim, o aumento efetivo para as distribuidoras foi de R\$ 0,04/litro.

A presidente da estatal apontou que a atual política de preços tenta não trazer para o Brasil a volatilidade internacional, diferentemente do que ocorria em anos anteriores.

"Quando fizemos isso no passado, mais ou menos em 2018. Aquela aflição por aumentar o preço da gasolina todos os dias ou baixar o preço da gasolina todos os dias trouxe para a gente um efeito mais que indesejado, fez a Petrobras perder market share [participação de mercado]", lembrou.

De acordo com ela, a empresa analisa o cenário com "muita calma, muito profissionalismo".

"A gente quer atender à sociedade, quer fornecer produtos que caibam no bolso, mas a gente quer garantir o mercado Petrobras".

Retirada de subsídios

A atenuação dos efeitos da guerra fez também com que o governo federal iniciasse o processo de retirada de subsídios às empresas produtoras e importadoras de combustíveis.

No mesmo dia em que a Petrobras anunciou a queda do diesel, o governo cortou um alívio de R\$ 0,35 que valia para o combustível, utilizado majoritariamente por caminhões e ônibus.

O ministro da Fazenda, Dario Durgan, antecipou que o governo avalia a retirada do subsídio de R\$ 0,44 que vale para a gasolina.

Magda Chambriard, ao ser questionada se a Petrobras poderia reduzir o preço da gasolina antes mesmo de o governo retirar o subsídio aos produtores e importadores, disse considerar a pergunta "prematura". (Agência Brasil)

Plano Safra terá foco em transição ecológica, diz ministra

A ministra do Desenvolvimento Agrário, Fernanda Machiaveli, declarou que o Plano Safra para a agricultura familiar, além de ser o maior em crédito, com uma oferta de R\$ 85,2 bilhões, também é o melhor, por ter reduzido a taxa de juros.

"Agora conseguimos produzir alimentos com a taxa de 2%. Se for agroecologia com a taxa de 1%", destacou durante o programa Bom Dia, Ministra, do Canal Gó, na manhã da quarta-feira (1º).

"Fizemos um Plano Safra que está voltado para a transição ecológica, que vem com todo um pacote de assistência técnica para garantir que a agricultura familiar possa produzir com insumos biológicos, cuidando do meio ambiente, cuidando dos recursos naturais e aplicando as melhores práticas", complementou Fernanda.

De acordo com a ministra, a política pública - lançada na terça-feira (30) com incremento de 9% na oferta de crédito para o segmento - é parte de uma curva crescente. Fernanda lembrou que em 2023, a produção de alimentos tinha disponível em crédito R\$ 53 bilhões, com distribuição concentrada na Região Sul.

"Conseguimos fazer com que ele chegasse a todas as regiões, focando e dando condições mais facilitadas para os agricultores familiares que estão nas regiões que têm menor acesso, como as regiões Norte e Nordeste", diz Fernanda Machiaveli.

A ministra também destacou que a pasta do Desenvolvimento Agrário também mantém um conjunto de medidas para proteger a agricultura familiar dos efeitos da mudança climática, como o Pro-Agro, que é um seguro para quem

contrata o Pronaf, e o Garantia Safra, que garante um benefício como proteção aos agricultores de subsistência do semiárido.

"A atividade agrícola é uma atividade de risco e no contexto de mudanças climáticas esse risco fica muito maior e nós já sabemos que este ano vai ser um ano desafiador para a população como um todo e para a agricultura familiar, em especial."

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também mantém uma linha de crédito específica de adaptação climática, que alcança as produções das regiões Norte e Nordeste. Há ainda programa de fomento como o Terra à Mesa.

"Ontem nós publicamos o edital. São R\$ 413 milhões para a adaptação climática na região do semiárido. Esse apoio é para os agricultores conseguirem enfrentar esse contexto de maior instabilidade climática. Serão R\$ 8 mil para cada família. Vão ser 60 mil famílias no total, além de ter assistência técnica e formação".

Os recursos poderão ser usados para implantação de cisterna, energia solar, implementar irrigação, fazer quintal produtivo ou qualquer tecnologia que permita a adaptação da produção de alimento no contexto de estiagem.

"Pra o conjunto do país estão abertas as linhas de bioeconomia, de tecnificação, que tem taxa de 2% ao ano para financiar a irrigação. Dentro do [programa] Mais Alimentos tem toda a possibilidade de financiar a tecnificação para a adaptação climática. Tudo isso com taxas que vão de 1,5% até 2% para financiamento desses investimentos", concluiu. (Agência Brasil)

Produção de petróleo do Brasil sobe 16,9% em maio para 4,3 mi barris por dia, diz ANP

A produção média de petróleo do Brasil cresceu 16,9% em maio, ante o mesmo período do ano passado, para 4,3 milhões de barris por dia (bpd), o segundo maior volume médio mensal da história, informou a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) na quarta-feira (1º).

O montante só ficou abaixo de abril, quando a produção brasileira registrou o terceiro mês consecutivo de recorde, com 4,33 milhões de bpd.

O desempenho seguiu sustentado pelo pré-sal, que produziu 3,47 milhões de bpd de petróleo no quinto mês do ano, equivalente a mais de 80% da produção da commodity no país.

O resultado reforça a trajetória de crescimento após o Brasil ter registrado, em 2025, produção média recorde de petróleo de 3,77 milhões de bpd.

Considerando os dados por concessionário, a Petrobras - maior produtora do país - respondeu por 2,55 milhões de bpd de petróleo em maio, segundo a ANP. A Shell, segunda maior produtora do país e principal parceira do

Petrobras no pré-sal, produziu 415,5 mil bpd, enquanto a TotalEnergies registrou 209,9 mil bpd.

Já produção de gás natural do Brasil somou 206,06 milhões de metros cúbicos por dia no período, recuo de 0,3% frente ao mês anterior, mas com alta de 19,6% na comparação anual, segundo os dados.

Mas nem todo o gás produzido é comercializado. Em maio, 60,83 milhões de m³ por dia foram disponibilizados ao mercado, enquanto 120,13 milhões de m³ por dia foram reinjetados nos reservatórios. Além disso, houve consumo interno de 19,23 milhões de m³ por dia nas plataformas e queima de 5,87 milhões de m³ por dia.

Considerando petróleo e gás natural, a produção total brasileira chegou a 5,597 milhões de barris de óleo equivalente por dia em maio.

Segundo o banco de investimentos Goldman Sachs, o mercado global de petróleo deve voltar a registrar excesso de oferta à medida que o impacto da guerra com o Irã diminui e o tráfego pelo estreito de Hormuz se normaliza.

Embora se espere que as compras de petróleo bruto para reabastecer as reservas estratégicas apertem o mercado global em certa medida, elas compensariam apenas parcialmente o excedente esperado, disse Samantha Dart, co-chefe de pesquisa global de commodities, em entrevista à Bloomberg Television.

"Assim que houver uma normalização dos fluxos pelo estreito, a expectativa é que entremos em um cenário de excesso de oferta", disse Dart, acrescentando que o excedente deverá ficar, em média, pouco acima de 3 milhões de barris por dia no próximo ano.

"Esperamos pouco mais de 1 milhão de barris por dia apenas para a recomposição das reservas estratégicas de petróleo em nível global, mas, ainda assim, isso nos deixaria com um excedente próximo de 2 milhões de barris por dia", acrescentou, referindo-se à Strategic Petroleum Reserve (SPR) dos EUA, o estoque emergencial de petróleo bruto do país.

As exportações pelo estreito de Hormuz devem se normalizar até o fim deste mês, disse Dart.

"Realmente esperamos que, até o fim de julho, isso esteja resolvido", afirmou, depois que as recentes interrupções adiaram um pouco o cronograma esperado.

Questionada sobre uma proposta para impor taxas de transporte às embarcações, Dart disse que as empresas estão menos preocupadas com o custo do que com a incerteza regulatória.

"Quando converso com empresas de navegação, a principal coisa que elas dizem é: 'Não me importo em pagar um pedágio, desde que haja clareza sobre as regras'", afirmou, referindo-se à necessidade de evitar o descumprimento das sanções dos Estados Unidos.

Uma taxa informal discutida anteriormente equivaleria a cerca de US 1 por barril, um custo que não difere de forma relevante da volatilidade cotidiana normal dos preços do petróleo, disse ela.

"Isso realmente vai aumentar de forma significativa os custos de energia? Isso não está claro", disse Dart. "Quando converso com transportadoras marítimas, foi essa a impressão que tenho". (Folhapress)

Fila do INSS cai ao menor nível em 21 meses, com 1,8 milhão de pedidos

PF investiga anúncios digitais falsos que simulavam serviços públicos

A Polícia Federal (PF) deflagrou na quarta-feira (1º) a Operação Ad Phishing, para aprofundar investigação sobre a veiculação de anúncios digitais fraudulentos, que utilizavam a imagem do governo federal e de instituições públicas "para conferir aparência de legitimidade a páginas falsas na internet".

Em nota, a corporação informou que estão sendo cumpridos, ao todo, nove mandados de busca e apreensão nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, expedidos pela 10ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Ainda segundo a PF, duran-

te as investigações, foram identificados 1.770 anúncios fraudulentos vinculados a dezenas de páginas e domínios distintos, "muitos deles utilizando elementos visuais associados ao governo federal e a instituições públicas, além de conteúdos manipulados com uso de inteligência artificial".

Os investigados podem responder pelo crime de uso indevido de selo ou sinal público verdadeiro, sem prejuízo da apuração de outros crimes eventualmente identificados no curso das investigações, como estelionato, associação criminosa, falsidades e lavagem de dinheiro. (Agência Brasil)

A fila de requerimentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encerra junho com 1,8 milhão de pedidos, o menor patamar registrado nos últimos 21 meses. Os dados foram apresentados na terça-feira (30) durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em Brasília.

Do total de solicitações, 825 mil estão em análise há menos de 45 dias. Outros 555 mil aguardam resposta há mais de 45 dias, enquanto 451 mil dependem de alguma providência do próprio segurador, como o envio de documentos ou informações complementares.

Segundo o diretor de Benefícios do INSS, Leonardo Bitencourt, o objetivo da Atitena é

reduzir não apenas a quantidade de processos pendentes, mas também o tempo de espera para a conclusão dos pedidos.

Tempo de análise
O balanço mostra que o INSS vem concedendo, em média, 700 mil benefícios por mês.

Em março deste ano, o instituto registrou o maior volume de concessões da série histórica, com 890 mil benefícios aprovados.

Atualmente, o tempo médio para concluir a análise de um requerimento é de 50 dias.

Medidas adotadas
Segundo o INSS, a redução da fila é resultado de um conjunto de ações implementadas para

acelerar a análise dos pedidos. Entre elas estão:

- Priorização do Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB): foco na análise inicial dos novos requerimentos.
- Redução dos prazos internos: o tempo de análise pelo PGB caiu de 45 para 30 dias.
- Ampliação dos mutirões: aumento das vagas para avaliação social e perícia médica.
- Reforço das equipes: nomeação de 300 novos analistas do Seguro Social e 500 peritos médicos federais.
- Perícia conectada: expansão do atendimento por telemedicina em regiões com escassez de profissionais.
- Atestmed: utilização da aná-

lise documental de atestados médicos para pedidos de benefício por incapacidade, dispensando a perícia presencial em casos previstos.

Menos reclamações
Os indicadores apresentados também mostram queda nas reclamações relacionadas à demora na análise dos pedidos.

Entre janeiro e maio deste ano, as queixas registradas no Ouvidoria do INSS caíram 44%, passando de 14.491 para 8.047 registros.

Segundo o instituto, a redução acompanha a melhora nos prazos de análise e o aumento do número de benefícios concedidos. (Agência Brasil)

Estudo do BNDES mapeia 187 projetos para melhorar o transporte público

O Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), lançado na quarta-feira (1º) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), recomenda 187 projetos estruturantes que poderão aumentar em mais de 3 mil quilômetros o transporte público das 21 regiões metropolitanas mais populosas do país.

O valor total do investimento nos projetos foi estimado entre R\$ 400 bilhões e R\$ 430 bilhões.

Realizado entre 2024 e 2026 em parceria com o Ministério das Cidades, o estudo estruturou uma carteira de projetos, avaliados com base em projeções populacionais e de demanda para um horizonte de 30 anos.

Vida para a mobilidade urbana", comparou.

Segundo ele, o ponto central do estudo é reconhecer que as soluções têm de ter uma vertente social, oferecendo segurança, conforto, previsibilidade, além das questões climáticas e econômicas. "Melhorar a mobilidade é desenvolver tempo para as pessoas estudarem, trabalharem e ficarem com suas famílias".

Para o Ministério das Cidades, o estudo representa uma ferramenta estratégica para fortalecer a política nacional de mobilidade urbana e apoiar estados e municípios na estruturação de projetos.

Ciclo vicioso
De acordo com a superintendente da Área de Soluções para as Cidades do BNDES, Luciene Machado, o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana visa interromper o ciclo vicioso no qual o montante de receita disponível é progressivamente menor do que as necessidades, o que significa maior dificuldade de fazer investimentos.

Atualmente, os investimentos em mobilidade urbana equivalem a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, mas podem chegar a 0,25% do PIB, representando investimentos de R\$ 20 bilhões por ano.

Os projetos objetivam não só melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida dos usuários do sistema de transporte, mas também dar maior segurança no trânsito, gerar renda para a população e reduzir as emissões de gás carbônico (CO₂) na atmosfera.

Os investimentos previstos envolvem projetos na expansão de metrô, trem urbano, BRT, VLT e corredores de transporte. O primeiro projeto já contratado com o BNDES visa à expansão da atual rede básica de transporte de Belo Horizonte (MG) de 84,2 quilômetros (km) para uma rede futura de 314,1 km, com aumento de 229,9 km e investimentos de R\$ 35,6 bilhões.

As 21 regiões contempladas pelo estudo abrangem as cidades de Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória, além do Distrito Federal.

O BNDES poderá financiar os projetos por meio do Fundo Clima, uma linha de financiamento destinada a apoiar projetos de investimento relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e aos seus efeitos.

Segundo o diretor de Planejamento e Relações Institucionais do Banco, Nelson Barbosa, os projetos mapeados vão orientar as ações na área do transporte do governo federal, por meio do Ministério das Cidades, e também dos prefeitos e governadores.

O ministro das Cidades, Vladimir Lima, avaliou que o estudo resultante da parceria com o BNDES vai impactar positivamente as cidades no Brasil. "Será um verdadeiro (programa) Minha Casa Minha

vida para a mobilidade urbana", comparou.

Segundo ele, o ponto central do estudo é reconhecer que as soluções têm de ter uma vertente social, oferecendo segurança, conforto, previsibilidade, além das questões climáticas e econômicas. "Melhorar a mobilidade é desenvolver tempo para as pessoas estudarem, trabalharem e ficarem com suas famílias".

Para o Ministério das Cidades, o estudo representa uma ferramenta estratégica para fortalecer a política nacional de mobilidade urbana e apoiar estados e municípios na estruturação de projetos.

Ciclo vicioso
De acordo com a superintendente da Área de Soluções para as Cidades do BNDES, Luciene Machado, o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana visa interromper o ciclo vicioso no qual o montante de receita disponível é progressivamente menor do que as necessidades, o que significa maior dificuldade de fazer investimentos.

Atualmente, os investimentos em mobilidade urbana equivalem a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, mas podem chegar a 0,25% do PIB, representando investimentos de R\$ 20 bilhões por ano.

Luciene Machado elencou entre os principais benefícios dos projetos reunidos no estudo a redução de 15% do tempo gasto em deslocamento, o aumento do número de embarques diários, a taxa de retorno econômico e a diminuição do custo operacional por viagem de 11%. Ela estimou que em cerca de 15 anos será possível realizar os 187 projetos. "São exequíveis".

Outras vantagens incluem evitar emissões de CO₂ de 3 milhões de toneladas por ano, aumentar em 30% a acessibilidade e evitar mais de 27 mil vitimas por ano em sinistros.

No período de implantação, serão mobilizados mais de 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos por ano e demandados até 6,6 mil ônibus elétricos, 2,4 mil carros metrorroviários e 200 composições de VLT.

Oitenta por cento dos investimentos para a realização dos 187 projetos virão de investimentos públicos e o restante de contratos de parceria com a iniciativa privada. A estruturação dos projetos vai buscar rede de transporte com bilhetagem e integração tarifária. (Agência Brasil)

A Caixa Econômica Federal alcançou pela primeira vez a marca de R\$ 1 trilhão na carteira de crédito imobiliário, segundo dados divulgados pelo banco na quarta-feira (1º).

A cifra reforça a posição da estatal de principal financiadora da casa própria no país em um momento de mudanças nas fontes de recursos do setor e maior dificuldade dos bancos privados para expandir esse mercado.

O banco responde hoje por cerca de 68% de todo o crédito imobiliário brasileiro. Segundo a instituição, a carteira cresceu mais de 14% nos últimos 12 meses e atingiu o novo patamar em junho.

O resultado da Caixa ocorre em um momento de expansão das políticas habitacionais do terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), iniciada com a retomada do Minha Casa, Minha Vida. Nos últimos meses, o go-

verno elevou o teto de renda do programa, criou uma nova faixa voltada à classe média e ampliou os limites de valor dos imóveis financiáveis em diversas regiões do país.

Em paralelo, anunciou medidas para estimular o crédito habitacional destinado às famílias de renda intermediária para compensar a perda de fôlego da caderneta de poupança, tradicional fonte de recursos para os empréstimos imobiliários.

Somente no primeiro trimestre deste ano, a Caixa liberou R\$ 64,2 bilhões em novos financiamentos imobiliários, alta de 30,6% em relação ao período homólogo.

Para o presidente da Caixa, Carlos Vieira, os números são "reflexo de uma estratégia consistente voltada à ampliação do acesso ao crédito e focada na diversificação das fontes de recursos".

Desde 2024, o banco vem batendo recordes de concessão de crédito. Em 2024, financiou R\$ 223,6 bilhões, com mais de 800 mil imóveis contratados. No ano seguinte, o volume avançou para R\$ 246,4 bilhões, com cerca de 873 mil unidades financiadas.

Grande parte dessa expansão é sustentada pelo Minha Casa, Minha Vida. Aproximadamente 58,4% da carteira imobiliária da Caixa está vinculada ao programa habitacional. Apenas no último ano, foram financiadas 659,2 mil moradias nessa modalidade.

Na prática, o banco concentra quase a totalidade das operações do Minha Casa, Minha Vida, tornando-se o principal canal de execução da política de habitação popular.

Desde 2024, o banco vem batendo recordes de concessão de crédito. Em 2024, financiou R\$ 223,6 bilhões, com mais de 800 mil imóveis contratados. No ano seguinte, o volume avançou para R\$ 246,4 bilhões, com cerca de 873 mil unidades financiadas.

Grande parte dessa expansão é sustentada pelo Minha Casa, Minha Vida. Aproximadamente 58,4% da carteira imobiliária da Caixa está vinculada ao programa habitacional. Apenas no último ano, foram financiadas 659,2 mil moradias nessa modalidade.

Na prática, o banco concentra quase a totalidade das operações do Minha Casa, Minha Vida, tornando-se o principal canal de execução da política de habitação popular.

Desde 2024, o banco vem batendo recordes de concessão de crédito. Em 2024, financiou R\$ 223,6 bilhões, com mais de 800 mil imóveis contratados. No ano seguinte, o volume avançou para R\$ 246,4 bilhões, com cerca de 873 mil unidades financiadas.

Grande parte dessa expansão é sustentada pelo Minha Casa, Minha Vida. Aproximadamente 58,4% da carteira imobiliária da Caixa está vinculada ao programa habitacional. Apenas no último ano, foram financiadas 659,2 mil moradias nessa modalidade.

Na prática, o banco concentra quase a totalidade das operações do Minha Casa, Minha Vida, tornando-se o principal canal de execução da política de habitação popular.

Esse movimento ocorre em meio às transformações do mercado imobiliário. A desaceleração da captação líquida da poupança reduziu a disponibilidade de recursos para financiamento, levando bancos e incorporadoras a buscar novas formas de capitalização, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e outros instrumentos de mercado.

Segundo a instituição, a estratégia é combinar diferentes fontes de financiamento para manter a oferta de crédito e reduzir a dependência exclusiva da poupança e do FGTS.

A expansão do crédito acompanha o crescimento dos negócios da instituição. A Caixa encerrou março com R\$ 2,4 trilhões em ativos e um funding total de R\$ 2,03 trilhões, além de uma base de 159,2 milhões de clientes. É o maior agente financeiro do país em número de usuários. (Folhapress)

Desde 2024, o banco vem batendo recordes de concessão de crédito. Em 2024, financiou R\$ 223,6 bilhões, com mais de 800 mil imóveis contratados. No ano seguinte, o volume avançou para R\$ 246,4 bilhões, com cerca de 873 mil unidades financiadas.

Grande parte dessa expansão é sustentada pelo Minha Casa, Minha Vida. Aproximadamente 58,4% da carteira imobiliária da Caixa está vinculada ao programa habitacional. Apenas no último ano, foram financiadas 659,2 mil moradias nessa modalidade.

Na prática, o banco concentra quase a totalidade das operações do Minha Casa, Minha Vida, tornando-se o principal canal de execução da política de habitação popular.

Desde 2024, o banco vem batendo recordes de concessão de crédito. Em 2024, financiou R\$ 223,6 bilhões, com mais de 800 mil imóveis contratados. No ano seguinte, o volume avançou para R\$ 246,4 bilhões, com cerca de 873 mil unidades financiadas.

Grande parte dessa expansão é sustentada pelo Minha Casa, Minha Vida. Aproximadamente 58,4% da carteira imobiliária da Caixa está vinculada ao programa habitacional. Apenas no último ano, foram financiadas 659,2 mil moradias nessa modalidade.

Na prática, o banco concentra quase a totalidade das operações do Minha Casa, Minha Vida, tornando-se o principal canal de execução da política de habitação popular.

Desde 2024, o banco vem batendo recordes de concessão de crédito. Em 2024, financiou R\$ 223,6 bilhões, com mais de 800 mil imóveis contratados. No ano seguinte, o volume avançou para R\$ 246,4 bilhões, com cerca de 873 mil unidades financiadas.

Grande parte dessa expansão é sustentada pelo Minha Casa, Minha Vida. Aproximadamente 58,4% da carteira imobiliária da Caixa está vinculada ao programa habitacional. Apenas no último ano, foram financiadas 659,2 mil moradias nessa modalidade.

Na prática, o banco concentra quase a totalidade das operações do Minha Casa, Minha Vida, tornando-se o principal canal de execução da política de habitação popular.

Inadimplência do consignado privado, turbinado pelo governo Lula, sobe e chega a 7,9% em maio, diz Banco Central

O Banco Central informou na quarta-feira (1º) que a inadimplência no crédito consignado para trabalhadores do setor privado, linha que foi turbinada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), subiu 0,4 ponto percentual em maio e chegou a 7,9%.

O índice é o maior desde fevereiro de 2025, quando a taxa de inadimplência na linha foi de 8%. Na segunda-feira (29), o governo anunciou a possibilidade de oferecer o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) como garantia ao pedir o empréstimo pelo programa Crédito do Trabalhador, medida que era esperada desde o ano passado, quando foi criado.

De acordo com Rocha, é possível que a liberação do FGTS como garantia reduza, no futuro, os índices de inadimplência e as taxas de juros, mas isso só poderá ser observado ao longo dos próximos meses. Segundo as estatísticas do BC, o juro médio em maio foi de 54,1% ao ano, queda de 2 pontos percentuais em relação a abril. Com o uso das garantias, a taxa máxima de juros foi limitada a 1,99% ao mês no âmbito do programa.

As concessões do consignado privado voltaram a cair em maio, totalizando R\$ 7,6 bilhões em maio, ante R\$ 9,9 bilhões em abril. Segundo o BC, a queda é natural, já que houve um recorde de concessões de R\$ 10,8 bilhões em março, o maior patamar da série histórica, iniciada em 2011.

Mesmo com a queda nas concessões, o saldo geral no consignado privado subiu 4,8% em maio, totalizando R\$ 109,2 bilhões.

A inadimplência no cartão de crédito rotativo, por exemplo, chegou a 63%, alta de 2,4 pontos percentuais em relação a abril. A inadimplência do cartão de crédito parcelado registrou queda de 0,2 ponto percentual, chegando a 12,5% em maio.

O BC também informou que o último mês voltou a repetir uma queda no consignado do INSS. Em maio, R\$ 3,7 bilhões foram ofertados nessa linha, queda de 25,4% em relação a abril, quando o total marcou R\$ 4,9 bilhões.

O chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, afirmou em entrevista coletiva que o crescimento de 0,4 ponto percentual na inadimplência em um mês é "algo significativo". Segundo ele, a alta na inadimplência do consignado privado explica o índice geral das dívidas não pagas em maio, que chegou a 7,6%.

De acordo com Rocha, é possível que a liberação do FGTS como garantia reduza, no futuro, os índices de inadimplência e as taxas de juros, mas isso só poderá ser observado ao longo dos próximos meses. Segundo as estatísticas do BC, o juro médio em maio foi de 54,1% ao ano, queda de 2 pontos percentuais em relação a abril. Com o uso das garantias, a taxa máxima de juros foi limitada a 1,99% ao mês no âmbito do programa.

Rocha explicou que ainda não é possível dizer quais os efeitos do Desenrola, programa de renegociação do governo federal, para os inadimplentes. Enquanto algumas linhas atingidas pelo programa registraram alta na inadimplência, outras apontaram para uma queda.

Rocha avalia que uma possível explicação pode ser o aperto de regras na concessão desse crédito, principalmente após um processo aberto no TCU (Tribunal de Contas da União), que identificou falhas de controle por parte do INSS. (Folhapress)

Novo CNPJ com letras e números começa em julho e 'mil ao contrário' pode mudar

A partir de julho, os novos CNPJs (Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas) poderão ter letras e números. A alteração será aplicada apenas para novas inscrições e os números dos CNPJs já existentes não mudarão.

A mudança para o CNPJ alfanumérico foi anunciada pela Receita Federal em 2024 em resposta à crescente demanda por novos números de cadastro e para evitar que se esgotassem as combinações possíveis, o que, sem a inclusão de letras nos CNPJs, provavelmente ocorreria em janeiro de 2031.

Com o tempo, uma filial pode se tornar a matriz mesmo tendo um número de ordem diferente de 0001, pois a condição de matriz poderá ser alterada posteriormente, como em casos de reorganização societária ou redefinição do estabelecimento principal da empresa.

A empresa poderá definir a unidade identificada pelo CNPJ Y6.7NG.M4C.MG8N-93 como seu estabelecimento principal (matriz), mesmo tendo número de ordem diferente de 0001.

A Receita afirma que, com a mudança, a identificação da matriz deverá considerar o cadastro atualizado da empresa, e não apenas o final do CNPJ.

Com o tempo, uma filial pode se tornar a matriz mesmo tendo um número de ordem diferente de 0001, pois a condição de matriz poderá ser alterada posteriormente, como em casos de reorganização societária ou redefinição do estabelecimento principal da empresa.

A empresa poderá definir a unidade identificada pelo CNPJ Y6.7NG.M4C.MG8N-93 como seu estabelecimento principal (matriz), mesmo tendo número de ordem diferente de 0001.

A Receita afirma que, com a mudança, a identificação da matriz deverá considerar o cadastro atualizado da empresa, e não apenas o final do CNPJ.

Com o tempo, uma filial pode se tornar a matriz mesmo tendo um número de ordem diferente de 0001, pois a condição de matriz poderá ser alterada posteriormente, como em casos de reorganização societária ou redefinição do estabelecimento principal da empresa.

A empresa poderá definir a unidade identificada pelo CNPJ Y6.7NG.M4C.MG8N-93 como seu estabelecimento principal (matriz), mesmo tendo número de ordem diferente de 0001.

A Receita afirma que, com a mudança, a identificação da matriz deverá considerar o cadastro atualizado da empresa, e não apenas o final do CNPJ.

Atualmente, o CNPJ alfanumérico foi anunciado pela Receita Federal em 2024 em resposta à crescente demanda por novos números de cadastro e para evitar que se esgotassem as combinações possíveis, o que, sem a inclusão de letras nos CNPJs, provavelmente ocorreria em janeiro de 2031.

Com o novo modelo, o tradicional "mil ao contrário" ou "mil contra" não será mais um padrão para indicar a matriz da empresa.

Hoje, a presença do sufixo 0001 no CNPJ indica que o estabelecimento é a matriz (sede principal) da empresa. Segundo a Receita, com a mudança, em um primeiro momento, ele continuará tendo esse signifi-

cado quando o CNPJ for aberto, mas essa associação não será permanente.

Com o tempo, uma filial pode se tornar a matriz mesmo tendo um número de ordem diferente de 0001, pois a condição de matriz poderá ser alterada posteriormente, como em casos de reorganização societária ou redefinição do estabelecimento principal da empresa.

A empresa poderá definir a unidade identificada pelo CNPJ Y6.7NG.M4C.MG8N-93 como seu estabelecimento principal (matriz), mesmo tendo número de ordem diferente de 0001.

A Receita afirma que, com a mudança, a identificação da matriz deverá considerar o cadastro atualizado da empresa, e não apenas o final do CNPJ.

Atualmente, o CNPJ alfanumérico foi anunciado pela Receita Federal em 2024 em resposta à crescente demanda por novos números de cadastro e para evitar que se esgotassem as combinações possíveis, o que, sem a inclusão de letras nos CNPJs, provavelmente ocorreria em janeiro de 2031.

Com o novo modelo, o tradicional "mil ao contrário" ou "mil contra" não será mais um padrão para indicar a matriz da empresa.

Hoje, a presença do sufixo 0001 no CNPJ indica que o estabelecimento é a matriz (sede principal) da empresa. Segundo a Receita, com a mudança, em um primeiro momento, ele continuará tendo esse signifi-

cado quando o CNPJ for aberto, mas essa associação não será permanente.

Com o tempo, uma filial pode se tornar a matriz mesmo tendo um número de ordem diferente de 0001, pois a condição de matriz poderá ser alterada posteriormente, como em casos de reorganização societária ou redefinição do estabelecimento principal da empresa.

A empresa poderá definir a unidade identificada pelo CNPJ Y6.7NG.M4C.MG8N-93 como seu estabelecimento principal (matriz), mesmo tendo número de ordem diferente de 0001.

A Receita afirma que, com a mudança, a identificação da matriz deverá considerar o cadastro atualizado da empresa, e não apenas o final do CNPJ.

Atualmente, o CNPJ alfanumérico foi anunciado pela Receita Federal em 2024 em resposta à crescente demanda por novos números de cadastro e para evitar que se esgotassem as combinações possíveis, o que, sem a inclusão de letras nos CNPJs, provavelmente ocorreria em janeiro de 2031.

Com o novo modelo, o tradicional "mil ao contrário" ou "mil contra" não será mais um padrão para indicar a matriz da empresa.

Hoje, a presença do sufixo 0001 no CNPJ indica que o estabelecimento é a matriz (sede principal) da empresa. Segundo a Receita, com a mudança, em um primeiro momento, ele continuará tendo esse signifi-

Como novas companhias po-

Senado aprova venda de spray de pimenta para defesa de mulheres

Com alívio da guerra, Petrobras reduz preço do querosene de aviação



A Petrobras anunciou na quarta-feira (1º) que reduziu o preço de venda do querosene de aviação (QAV) em 14,5%. O preço do combustível vendido às distribuidoras é reajustado sempre no início do mês, e a variação de julho é o segundo recuo seguido.

A mudança representa diminuição de R\$ 0,81 por litro. Nas refinarias da companhia, o novo preço varia de R\$ 4,67 a R\$ 4,93 por litro.

A estatal explicou que o movimento de baixa no preço foi possível por causa da "atenuação" dos efeitos que o conflito no Oriente Médio impôs ao preço internacional dos derivados do petróleo.

No ano, no entanto, o combustível usado por aviões e helicópteros está 40,5% mais alto que o do final de 2025. Isso representa acréscimo de R\$ 1,39 por litro.

Com a eclosão da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, em 28 de fevereiro, a cadeia logística da indústria do petróleo sofreu perturbações, o que levou à disparada de preços.

O motivo principal foi o bloqueio do Estreito de Ormuz, ao sul do Irã. Antes da guerra, 20% da produção internacional de óleo e gás passava pela região. Com menos oferta de petróleo nos mercados, o preço subiu.

Apesar de o Brasil ser produtor de petróleo, o produto e seus derivados, por serem commodities (matéria-prima negoci-

ada em grandes quantidades), têm o preço definido no mercado internacional.

Últimos meses

Em abril, a Petrobras reajustou o QAV em 55%. Em maio houve alta de 18%. Na ocasião, para suavizar o efeito do encarecimento nos caixas das companhias, a estatal permitiu que as distribuidoras parcelassem o reajuste. Em junho a empresa reduziu o QAV em 14,2%.

A atenuação dos efeitos da guerra fez também com que o governo federal iniciasse o processo de retirada de subsídios (espécie de reembolso) às empresas produtoras e importadoras de combustíveis. A medida era uma forma de impedir choque de preços para o consumidor final.

Cadeia de comércio

A Petrobras comercializa para as distribuidoras o QAV produzido nas refinarias da empresa ou importado. Uma vez comprado pelas distribuidoras, as empresas transportam o combustível e vendem para companhias de transporte e outros consumidores finais nos aeroportos ou ainda para revendedores.

A estatal tem participação de cerca de 85% da produção do QAV, mas o mercado é aberto à livre concorrência, sem restrições para outras empresas atuarem como produtoras ou importadoras. (Agência Brasil)

O Senado aprovou na terça-feira (30) o projeto de lei 727/2026 que autoriza a comercialização, a aquisição e a posse de aerossol de extratos vegetais para defesa pessoal de mulheres. O texto, aprovado em votação simbólica, segue para sanção presidencial.

A proposta estabelece regras para a comercialização e o uso do dispositivo, além de prever penalidades administrativas para quem utilizá-lo fora das hipóteses previstas em lei.

Pelo texto, mulheres com mais de 18 anos poderão adquirir o aerossol. Entre 16 e 18 anos, a compra dependerá de autorização expressa dos responsáveis legais.

Os estabelecimentos comer-

ciais deverão manter, por cinco anos, registro simplificado com a identificação da compradora.

O projeto determina que o aerossol seja de uso individual e intransferível e proíbe a utilização de substâncias com efeito letal ou toxicidade permanente. As especificações técnicas e de segurança serão definidas em regulamento do Poder Executivo.

Quem utilizar o dispositivo de forma indevida poderá receber advertência, multa de um a dez salários mínimos, apreensão do produto e proibição de nova aquisição por até cinco anos, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis. Em caso de reincidência, a multa será



Foto: Tereza Sobral/Agência Brasil
aplicada em dobro. A proposta também cria o Programa Nacional de Capacitação em Defesa Pessoal e Uso de Instrumentos de Menor Potencial

Ofensivo para Mulheres. A implementação ocorrerá de forma gradual, também conforme regulamentação do Poder Executivo. (Agência Brasil)

“Melhor arma que um país pode ter é alimento”, diz Presidente

“Melhor arma que um país pode ter é alimento”, diz Lula. O governo anunciou R\$ 97,7 bi em créditos para agricultores.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, na terça (30), durante lançamento do Plano Safra para agricultores familiares, a necessidade de investimento em soberania alimentar e produção de gêneros diversificados.

O governo anunciou, em Brasília (DF), investimentos de R\$ 97,3 bilhões, incluindo programas de crédito, seguro agrícola, compras públicas, assistência técnica e extensão rural.

No evento, o presidente recordou uma conversa com o então presidente venezuelano Hugo Chávez (que governou o País entre 1999 e 2013 e morreu durante o mandato). Lula lembrou a dificuldade daquele País na produção de itens como leite e ovo.

“Você sabia que a melhor arma que um país tem que ter é alimento? Você sabia que nós temos que ter soberania alimentar?”, disse Lula a Chávez na oportunidade em que o venezuelano apresentou aviões de caça a Lula. O presidente defendeu que o País deve comprar apenas os gêneros que não consegue produzir.



No evento, Lula incentivou que os agricultores familiares usem os recursos disponíveis para financiamento. Ele acrescentou que o governo tem buscado com os bancos públicos redução da taxa de juros para crédito aos produtores.

Os recursos para os agricultores, no entender dele, fazem a economia crescer e o dinheiro circular. “Se tiver um dinheirinho, vai utilizar em benefício da família”, disse o presidente.

Ele disse ainda considerar que há “muita terra” no Brasil de posse da União. “Não tem porque. Nem os nossos militares necessitam de tanta terra mais. Nós não vamos ter guerra. Nós

somos da paz”, afirmou.

Políticas públicas

A presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Vânia Marques, disse que era necessário celebrar o fato do governo reconhecer o protagonismo da atividade.

“Isso é oportunidade para quem acorda de manhã, faça sol, faça chuva, para poder trabalhar, produzir e fazer com que o alimento chegue às nossas mesas”, disse.

Ela destacou que o governo assumiu compromisso com as mulheres ao dar acesso a políticas públicas e que ajudam as agricultoras terem autonomia fi-

nanceira, o que reduz a chance de serem alvos de violência doméstica.

Vânia Marques destacou que o cenário de desigualdade social no contexto das mudanças climáticas é gritante. Por isso, ela pediu que as respostas sejam urgentes.

“Nós podemos ser a solução da crise climática porque nós protegemos as nascentes, recuperamos os solos, preservamos as sementes. E somos nós que produzimos com responsabilidade”, afirmou.

Solidariedade à Venezuela

No evento, Lula lamentou as 1.943 mortes confirmadas em função dos terremotos na Venezuela na semana passada. Ele disse que o Brasil fará tudo o que tiver ao alcance para ajudar o povo daquele país.

O presidente acrescentou que o desastre tem como consequências, até agora, também 10.571 feridos e 15.866 desabrigados. Já foram resgatadas dos escombros 6.461 pessoas. Ele lembrou que o número de prédios afetados pode passar de 58 mil. Ao final do evento, Lula pediu um minuto de silêncio em homenagem ao país vizinho. (Agência Brasil)

Lei que restringe uso de celulares já é adotada por 92% das escolas

Após um ano de implementação da legislação que restringe o uso de celulares para fins não pedagógicos nas escolas de educação básica, 92% das escolas brasileiras já implementaram as novas regras.

Antes da Lei Nº 15.100/2025, a permissão irrestrita do uso de dispositivos móveis por estudantes alcançava 13% das escolas e, atualmente, essa permissão plena não existe mais.

Os dados constam na Pesquisa Nacional do primeiro ano de implementação da legislação, divulgada na terça-feira (30) pelo Ministério da Educação.

O levantamento foi realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em parceria com o Instituto Alana e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil.

Durante a apresentação da pesquisa, a secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Schweickardt, afirmou que a aceitação da lei mostra que a restrição do uso de celulares sem finalidade pedagógica foi acertada, porque atrapalhava a rotina da escola.

“Diferente de outros leis que são natimortas, essa é uma lei viva, porque já está sendo internalizada. Muita lei no Brasil não pega. Se usa, pegou, é porque havia um ambiente na sociedade preocupado com esse uso nocivo [do celular nas escolas]”, avaliou a secretária do MEC.

A rápida adesão à política pública, segundo o CEO da Fundação Lemann, Denis Mizne, deve-se ao amplo apoio de diferentes espectros políticos, da imprensa, de especialistas em educação e dos responsáveis pelos alunos.



Foto: Renato Arantes/Agência Brasil/DF

“As famílias e os educadores já percebiam que o uso de celular nas escolas estava prejudicando as crianças e os adolescentes e queria mudar o cenário, mas não conseguiram fazer isso de forma isolada.

Mizne considera natural o fato de apenas 8% ainda não estarem de acordo com a regra considerando o universo de mais de 140 mil escolas públicas em todo o país.

Na pesquisa por amostragem, 8.189 gestores de escolas públicas e privadas de todas as 27 unidades da federação responderam aos questionários aplicados entre março e abril deste ano pelo Inep.

Após esta primeira etapa, os outros atores escolares, como coordenadores pedagógicos e professores, serão abordados nas próximas publicações para relatar suas percepções.

O presidente do Inep, Manuel Palacios, enfatiza que a restrição do uso de celulares quando não tem fim pedagógico não deve ser vista como uma iniciativa isolada.

“O resultado da pesquisa faz parte de uma constelação de estudos e preocupações sobre as transformações que estão ocorrendo no ambiente educacional. O crescimento do uso do celular é parte de um grande contexto em que não

se assiste passivamente às mudanças que estão ocorrendo.”

Entre 92% dos gestores educacionais que informaram que a lei já estava sendo implementada em suas instituições, 45% consideraram o processo consolidado e 47% relatam que a implementação está em curso.

Como em quase metade das escolas que iniciaram o processo ainda não o finalizaram, a CEO da organização da sociedade civil sem fins lucrativos MegaEdu, Cristieni Castilhos, entende que há desafios importantes sobre como gerir a proibição dos celulares.

“As escolas têm testado protocolos e combinados para entender o que funciona melhor em cada realidade e em cada etapa de ensino, dependendo da idade e das características dos alunos das escolas.” A entidade trabalha para que 100% das escolas públicas do Brasil tenham acesso à internet de qualidade e possam usá-la para fins pedagógicos.

A Pesquisa nacional — 1º ano da Lei no 15.100/2025 mostra também que a restrição do uso em todos os espaços escolares (incluindo pátios e intervalos) mais que dobrou, saltando de 20% para 48%.

As respostas dos gestores indicam que a permissão focada es-

tritamente em atividades mediadas por profissionais da escola ficou em 45% e era 43%, antes de 2025.

No questionário, os gestores relatam melhorias na participação das crianças e adolescentes, na convivência e na concentração durante as aulas após a regulamentação do uso não pedagógico dos dispositivos móveis: 97% concordam que a medida ampliou a participação dos alunos nas atividades e 95% notaram maior concentração nas aulas; 86% consideram que as atividades pedagógicas com tecnologias digitais foram mantidas ou ampliadas e 71% discordam que a lei limite o desenvolvimento de habilidades digitais dos estudantes.

A secretária Kátia recordou que era frequente a reclamação dos gestores sobre os prejuízos nos processos de ensino e aprendizagem pelo uso sem critérios de smartphones em salas de aula, mas considera que a lei direciona os recursos digitais para aprendizagem, sem demonstrar aceleração, inclusive, pela inteligência artificial. Agora, é imperativo na educação que a gente faça, cada vez mais, um uso com intencionalidade pedagógica”, frisou.

A representante da MegaEdu, concordou que o caminho é usar a tecnologia de maneira intencional. “O Brasil deu um passo importante com a aprovação da lei. O próximo desafio é ter uma estratégia clara sobre como usar a tecnologia para melhorar a aprendizagem. Isso passa por equipar as escolas com a infraestrutura adequada e preparar os professores para que a tecnologia seja, de fato, mais uma ferramenta a serviço da educação.”

Em relação à restrição ao uso

não pedagógico dos celulares, a pesquisa mostra que: 95% dos gestores entrevistados concordam que estimulam a socialização presencial; 67% relatam aumento de atividades manuais/artísticas e 56% viram um aumento em atividades pedagógicas fora da sala de aula.

Outra percepção de 86% dos gestores é de que a restrição ajudou a reduzir a ansiedade dos estudantes.

Sobre os conflitos, 88% concordam que a medida contribuiu para a redução de conflitos, agressões digitais e cyberbullying e redução de agressões físicas nas escolas (55%).

Kátia Schweickardt fez a relação entre a restrição do uso dos celulares no ambiente educacional e a diminuição das violências entre estudantes. “As coisas são muito imediatas. Antes, quando um grupinho passava rapidamente a mensagem, um cara, com raiva, já ia dar um soco no outro. Agora, já está mais controlado ali [na escola].”

Entre as maiores dificuldades operacionais apontadas para a implementação da nova lei, 39% dos gestores escolares dizem que é conquistar a adesão dos jovens às novas regras.

Em 39% das respostas, o desafio é garantir infraestrutura para armazenar e guardar os aparelhos, com destaque para escolas públicas (45%) e privadas, 18%.

A especialista em educação Cristieni Castilhos nota que um dos problemas é saber qual protocolo adotar porque não é possível dizer a um aluno para não trazer o celular para a escola quando esse contrato com os pais e que contribui para a segurança dele.

Outra questão é decidir se o celular fica na mochila ou se este deve ficar guardado em algum

espaço escolar. “Nem todas as instituições têm essa estrutura e, além disso, ainda não há consenso de que retirar o aparelho dos estudantes seja, por si só, a melhor solução.”

Entre as prioridades para consolidar a política, 67% dos gestores indicam a parceria com famílias para estabelecer limites de tempo de tela aos estudantes fora da escola.

O CEO da Fundação Lemann, Denis Mizne, considera que essa parceria é o ponto central, pois a escola, sozinha, não consegue atuar no uso de celulares dentro da casa do estudante.

Outra informação do relatório indica que seis em cada dez gestores consideram os espaços de lazer, incluindo reformas em pátios e áreas de convivência, como prioridade para aprimorar a aplicação da nova lei.

E ainda: 49% dos gestores percebem a necessidade de educação digital e midiática no currículo e para 61% deles a formação docente em mediação tecnológica, saúde mental e bem-estar.

A legislação que estabelece regras para o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pessoais por estudantes nos estabelecimentos públicos e privados da educação básica restringe o uso durante aulas, recreios e intervalos.

O objetivo é proteger o bem-estar de crianças e adolescentes e preservar o ambiente escolar como espaço de aprendizagem, convivência e desenvolvimento integral. No entanto, a lei permite o uso de celulares para fins pedagógicos, acessibilidade, condições de saúde e outros casos. (Agência Brasil)